

ING Bank N.V.
(Filial de São Paulo)

CNPJ: 49.336.860/0001-90

**Demonstrações financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro de
2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas – Conglomerado prudencial	4
Balanço patrimonial	8
Demonstrações de resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial e as respectivas notas explicativas relativas ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No exercício de 2019 o Conglomerado Prudencial apresentou lucro líquido de R\$ 89,7 milhões versus um lucro líquido de R\$33,4 milhões no exercício findo em dezembro de 2018. A variação no período reflete, principalmente, o aumento no resultado de intermediação financeira. As demonstrações financeiras individuais encontram-se disponíveis no site do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) na internet, no endereço <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Em 31 de dezembro de 2019 o Conglomerado Prudencial possui títulos privados classificados como “mantidos até o vencimento”. Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação em atendimento a Circular 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia: o Conglomerado adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 19%.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Conglomerado, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no endereço citado acima.

Agradecimentos: o ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 27 de março de 2020.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modificação, em 13 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota

explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

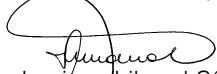
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860/0001-90

Consolidado Prudencial

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>		<u>2019</u>	<u>2018</u>
CIRCULANTE	38.996.279	18.794.133	CIRCULANTE	38.860.281	18.365.836
DISPONIBILIDADES	4.525	9.830	DEPÓSITOS	2.021.372	1.713.969
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	7.485.880	4.271.251	Depósitos à vista	463	731
Aplicações no mercado aberto	7.485.876	4.121.213	Depósitos interfinanceiros	15.002	77.979
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	150.038	Depósitos a prazo	2.005.907	1.635.259
Aplicações em Moeda estrangeira	-	-	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	1.015.237	607.053	Carteira de terceiros	-	-
Carteira própria	113.524	95.281	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	21.003	6.952
Vinculados à recompra de garantias	-	127	Recursos em trânsito de terceiros	21.003	6.952
Vinculados à prestação de garantias	620.713	267.420	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	9.422.653	5.214.637
Instrumentos financeiros derivativos	281.000	244.225	Empréstimos no exterior	9.422.653	5.214.637
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	811	1.215	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	439.641	153.264
Créditos vinculados:			Instrumentos financeiros derivativos	439.641	153.264
Depósitos no Banco Central do Brasil	741	1.112	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.955.612	11.277.014
Correspondentes	70	103	Carteira de câmbio	26.799.862	11.175.020
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	496.973	363.792	Sociais e estatutárias	2.976	2.976
Operações de crédito - setor privado	75.663	71.787	Fiscais e previdenciárias	51.569	13.958
Financiamentos - setor privado	426.299	295.271	Negociação e intermediação de valores	105	1.519
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(4.989)	(3.266)	Diversas	101.100	83.541
OUTROS CRÉDITOS	29.992.593	13.540.747	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	653.272	1.728.897
Carteira de câmbio	29.895.720	13.499.368	DEPÓSITOS	137.663	69.734
Rendas a receber	7.603	1.748	Depósitos a prazo	137.663	69.734
Negociação e intermediação de valores	20.885	-	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	204.173	761.449
Diversos	117.914	82.986	Empréstimos no exterior	204.173	761.449
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(49.529)	(43.355)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	58.444	58.004
OUTROS VALORES E BENS	260	245	Instrumentos financeiros derivativos	58.444	58.004
Despesas antecipadas	260	245	OUTRAS OBRIGAÇÕES	252.992	839.710
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.500.084	2.217.147	Carteira de câmbio	176.040	757.049
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	634.496	420.079	Fiscais e previdenciárias	2.549	1.547
Carteira própria	611.363	360.927	Diversas	74.403	81.114
Instrumentos financeiros derivativos	23.133	59.152	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	2.630	8.698
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	441.318	859.087	Resultado de exercícios futuros	2.630	8.698
Operações de crédito - setor privado	181.971	406.537	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	988.751	909.396
Financiamentos - setor privado	262.924	454.181	CAPITAL:		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(3.577)	(1.631)	De domiciliados no exterior	636.526	627.602
OUTROS CRÉDITOS	424.270	937.981	Aumento de capital	40.499	8.924
Carteira de câmbio	180.668	725.298	Reserva de capital	4.550	4.218
Rendas a receber	165	-	Reserva de lucros	307.176	268.652
Diversos	243.437	212.683	Lucros acumulados/ (Prejuízos acumulados)	-	-
PERMANENTE	8.571	1.547	TOTAL DO PASSIVO	40.504.934	21.012.827
INVESTIMENTOS	65	39			
Outros investimentos	65	39			
IMOBILIZADO DE USO	7.770	1.457			
Outras imobilizações de uso	9.574	13.176			
(-) Depreciações acumuladas	(1.804)	(11.719)			
INTANGÍVEL	736	51			
Ativos Intangíveis	901	425			
(-) Amortização acumulada	(165)	(374)			
TOTAL DO ATIVO	40.504.934	21.012.827			

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860./0001-90

Consolidado Prudencial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	2019		2018
	Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	612.645	733.214	937.189
Operações de crédito	64.956	87.782	104.110
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	215.822	427.445	329.641
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	193.217	201.826	201.931
Resultado de operações de câmbio	138.650	16.161	301.507
DESPESAS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	(526.336)	(558.420)	(822.821)
Operações de captação no mercado	(57.266)	(125.394)	(140.325)
Operações de empréstimos e repasses	(456.109)	(423.183)	(680.383)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	(115.307)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.961)	(9.843)	113.194
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	86.309	174.794	114.368
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(49.714)	(73.815)	(57.081)
Receitas de Prestação de Serviços	35.791	81.215	93.472
Despesas de Pessoal	(34.661)	(62.507)	(51.304)
Outras Despesas Administrativas	(23.067)	(50.633)	(47.977)
Despesas Tributárias	(12.118)	(25.685)	(25.629)
Outras Receitas Operacionais	14.752	32.498	14.627
Outras Despesas Operacionais	(30.411)	(48.703)	(40.270)
RESULTADO OPERACIONAL	36.595	100.979	57.287
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	105	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	36.595	101.084	57.287
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15.206	(10.184)	(22.556)
Provisão para Imposto de Renda	(3.473)	(13.010)	(120)
Provisão para Contribuição Social	(2.323)	(8.238)	(115)
Ativo Fiscal Diferido	21.002	11.064	(22.321)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(464)	(1.229)	(1.320)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	51.337	89.671	33.411

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860/0001-90

Consolidado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		LUCROS/ (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIA		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	550.450	-	3.170	52.124	197.117	-	802.861
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.411	33.411
Aumento de capital	86.076	-	-	-	-	-	86.076
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.671	-	(1.671)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	17.740	(17.740)	-
Outras Reservas	-	-	1.048	-	-	-	1.048
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	636.526	-	4.218	53.795	214.857	-	909.396
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	89.671	89.671
Aumento de capital	-	40.499	-	-	-	-	40.499
Constituição de reserva legal	-	-	-	4.484	-	(4.484)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	85.187	(85.187)	-
Outras Reservas	-	-	332	-	-	-	332
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(51.147)	-	(51.147)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	636.526	40.499	4.550	58.279	248.897	-	988.751
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	636.526	-	4.413	53.795	214.857	38.334	947.925
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	51.337	51.337
Aumento de capital	-	40.499	-	-	-	-	40.499
Constituição de reserva legal	-	-	-	4.484	-	(4.484)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	85.187	(85.187)	-
Outras Reservas	-	-	137	-	-	-	137
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(51.147)	-	(51.147)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	636.526	40.499	4.550	58.279	248.897	-	988.751

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860/0001-90

Consolidado Prudencial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	2º Semestre	2019	2018
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício	31.267	89.617	(78.028)
Lucro líquido do semestre/ exercício	51.337	89.671	33.411
Depreciações e amortizações	564	2.264	707
Baixas no imobilizado	-	(12.388)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.961	9.843	(113.194)
Outras reservas	137	332	1.048
Resultado não operacional	-	(105)	-
Variação de ativos e passivos	748.595	3.127.150	2.800.584
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(270.734)	(622.601)	302.016
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	445	404	314
(Aumento) Redução em operações de crédito	222.871	280.920	(613.924)
(Aumento) Redução em outros créditos	(4.360.545)	(15.944.309)	(309.400)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(26)	(15)	194
(Redução) Aumento em depósitos	1.439.315	375.331	(114.311)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	(11.998)	-	-
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	1.894.535	3.650.740	3.683.609
(Redução) Aumento em relações de interdependências	(4.916)	14.051	(8.233)
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	231.553	286.817	132.342
(Redução) Aumento em outras obrigações	4.094.232	15.091.880	(278.007)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	(4.483)	(6.068)	5.984
Caixa líquido originado em atividades operacionais	779.862	3.216.767	2.722.556
Atividades de investimento			
Alienação (aquisição) de outros investimentos	(47)	79	1
Aquisição (alienação) de imobilizado de uso	(303)	3.602	(238)
Aquisição (alienação) de intangível	-	(476)	(40)
Caixa líquido originado em atividades de investimento	(67)	3.205	(277)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	40.499	40.499	124.238
Juros sobre capital próprio	(51.147)	(51.147)	(52.162)
Caixa (aplicado) em atividades de financiamento	(5.076)	(10.648)	72.076
Aumento (redução) nos fluxos de caixa	774.719	3.209.324	2.794.355
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4.206.155	4.281.081	1.486.726
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	7.490.405	7.490.405	4.281.081
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	774.719	3.209.324	2.794.355

1. Contexto operacional

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) e a ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (doravante denominados por “Conglomerado”) são empresas investidas do ING Bank N.V. de Amsterdã.

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com a estratégia do ING Group, a Corretora não tem realizado as atividades relacionadas ao seu objeto social.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Conglomerado detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes, mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As entidades que fazem parte do conglomerado prudencial revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as

receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial das entidades:

<u>Empresas</u>	<u>Atividades</u>
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)	Instituição líder
ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.	Instituição participante

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua aquisição, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do exercício quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos

rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Conglomerado não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Conglomerado possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "*hedge*" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

Atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do exercício.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no exercício.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

De acordo com a Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019, a partir de 1º de março de 2020, a alíquota da contribuição social será majorada a 20%, e por isso a contribuição social diferida foi constituída considerando está alíquota para tudo que apresenta realização a partir dessa data.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “*pro rata temporis*” para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, o Conglomerado mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia de “*Value at Risk*”, histórico, simulação de stress, e limites estabelecidos pela Administração do Conglomerado.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração do Conglomerado.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração do Conglomerado participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem

deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis do Conglomerado. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. O Conglomerado possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é o ING Bank N.V. (Filial de São Paulo).

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria do Conglomerado, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração do Conglomerado, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Conglomerado, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	4.525	9.830
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.485.880	4.271.251
Total	<u>7.490.405</u>	<u>4.281.081</u>

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 7.485.876 (R\$ 4.121.213 em 2018) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

2019				
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	113.524	-	113.524	113.407
	113.524	-	113.524	113.407
Vinculados à prestação de garantias Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	598.215	-	598.215	597.408
Cotas de Fundos de Investimentos	22.498	-	22.498	22.498
	620.713	-	620.713	619.906
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	611.363	611.363	611.363
	-	611.363	611.363	611.363
2018				
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	95.281	-	95.281	95.204
	95.281	-	95.281	95.204
Vinculados à Recompra				
Letras do Tesouro Nacional	127	-	127	127
	127	-	127	127
Vinculados à prestação de garantias Para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	246.192	-	246.192	246.140
Cotas de Fundos de Investimentos	21.228	-	21.228	21.228
	267.420	-	267.420	267.368
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	360.927	360.927	360.927
	-	360.927	360.927	360.927

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros

estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

O valor de mercado dos títulos classificados como mantidos até o vencimento é R\$ 643.567 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A carteira de debêntures encontra-se registrada na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. As cotas de fundos de investimento são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou com os administradores.

Para constituição de provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures a Administração atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de acordo com este critério, não foi constituída provisão.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias do Conglomerado a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração do Conglomerado, como segue:

Hedge - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;

Negociação - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2019				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado

Ativo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	10.725	-	10.725	8.512
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	159.022	111.253	23.133	293.408	276.873
Totais por faixa de vencimento em 2019	159.022	121.978	23.133	304.133	285.385
Totais por faixa de vencimento em 2018	108.365	135.860	59.152	303.377	322.242

Instrumentos financeiros derivativos	2019			Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Passivo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(31.159)	(1.408)	(16.077)	(48.644)	(47.506)
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(192.264)	(213.093)	(42.367)	(447.724)	(381.711)
Outros	(1.717)	-	-	(1.717)	(1.717)
Totais por faixa de vencimento em 2019	(225.140)	(214.501)	(58.444)	(498.085)	(430.934)
Totais por faixa de vencimento em 2018	(58.752)	(94.512)	(58.004)	(211.268)	(216.449)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

CONTRATOS	2019				
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	1.519.220	25.667.771	1.211.348	-	28.398.339
- Taxa de juros	19.759.772	113.516	87.377	-	19.960.665
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	-	-	-	1.505.614	1.505.614
Total 2019	21.278.992	25.781.287	1.298.725	1.505.614	49.864.618
Total 2018	11.429.793	16.065.647	1.313.144	921.142	29.729.726

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 620.173 (R\$ 265.270 em 2018), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos e cotas de fundo de liquidação.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até outubro de 2021. Os itens objeto de hedge são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até novembro de 2021, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado
Instrumento de hedge		
<i>Futuros - DI</i>	1.447.612	1.505.614
Objeto de hedge		
<i>Operações de crédito</i>	148.610	153.469
<i>CDB</i>	1.316.500	1.352.376

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

RESULTADO COM DERIVATIVOS	2019	2018
Futuros	363.762	(4.798)
Swaps	(18.155)	(177.805)
Termo	(143.441)	384.903
Outros	(340)	(369)
Total	201.826	201.931

8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

<i>Operações de crédito</i>		
Setor Privado	2019	2018
Indústria	741.103	801.516
Comércio	-	341.867
Outros serviços	205.743	84.331
Pessoas físicas	11	62
Total (*)	946.857	1.227.776

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 1.448 (R\$ 622 em 2018).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor Privado	2019	2018
Indústria	1.541.208	1.627.217
Comércio	1.189.220	525.882
Outros serviços	309.223	167.866
Total	3.039.651	2.320.965

b) Nível de risco

Nível de Risco	%	Valor da provisão		Valor da Carteira	
		2019	2018	2019	2018
AA	0%	-	-	1.046.571	1.153.768
A	0,5%	633	745	126.580	148.970
B	1%	25.925	20.573	2.593.850	2.057.943
C	3%	2.941	3.276	98.045	109.199
D	10%	3.921	-	39.211	-
E	30%	24.675	23.658	82.251	78.861
Total		58.095	48.252	3.986.508	3.548.741

c) Vencimento

Vencimento	2019	2018
A vencer até 90 dias	1.065.888	847.425
A vencer de 91 a 360	2.475.726	1.840.599
A vencer acima de 360	444.894	860.717
Total	3.986.508	3.548.741

d) Movimentação da provisão

Provisão	2019	2018
Saldo inicial	48.252	161.447
Constituição	17.737	64.808
Reversão	(7.894)	(178.003)
Saldo final	58.095	48.252

Em 31 de dezembro de 2019 existem operações renegociadas no montante de R\$ 82.251 (R\$ 273.801 em 2018).

9. Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2019		2018	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
ATIVO				
Câmbio comprado a liquidar	17.509.796	92.284	8.370.158	571.622
Direitos sobre venda de câmbio	12.329.631	88.384	5.069.632	153.676
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	56.293	-	59.578	-
TOTAL	29.895.720	180.668	13.499.368	725.298
PASSIVO				
Câmbio vendido a liquidar	12.147.455	87.656	5.121.477	184.098
Obrigações por compra de câmbio	17.635.765	88.384	8.314.930	572.951
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(2.983.358)	-	(2.261.387)	-
TOTAL	26.799.862	176.040	11.175.020	757.049

10. Outros créditos - diversos

2019	2018
------	------

Créditos diversos	Circulant e	Longo prazo	Circulant e	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	89.132	8.146	57.207	15.226
Impostos a compensar	27.395	8.828	17.352	6.698
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	-	222.070	19	190.759
Adiantamentos a funcionários e terceiros	1.069	-	7.490	-
Devedores diversos país	318	4.393	918	-
TOTAL	117.914	243.437	82.986	212.683

11. Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas com taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	2019				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito a vista	463	-	-	-	463
Depósito interfinanceiros	-	15.002	-	-	15.002
Depósito a prazo	-	750.013	1.255.894	137.663	2.143.570
Total por faixas de vencimento em 2019	463	765.015	1.255.894	137.663	2.159.035
Total por faixas de vencimento em 2018	731	204.577	1.508.661	69.734	1.783.703

12. Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 1.226.101 (US\$ 947.676 em 2018) que representa R\$ 4.941.311 (R\$ 3.671.488 em 2018), a taxa de juros de até 6.76% ao ano e vencimentos até novembro de 2020, repasses do exterior, no montante de US\$ 254.052 que representa R\$ 1.023.853 (R\$ 688.619 em 2018), a taxa de juros de até 3.79% ao ano e vencimentos até junho de 2021 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 811.194 (US\$ 125.216 em 2018) que representa R\$ 3.661.662 (R\$ 1.615.979 em 2018), a taxa de juros de até 2% ao ano com vencimentos até janeiro de 2020.

13. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	10.514	-	6.693	-
Imposto de renda e contribuição social	21.247	-	235	-
Impostos e contribuições diferidos	19.808	2.549	7.030	1.547
TOTAL	51.569	2.549	13.958	1.547

14. Outras obrigações – diversas

Obrigações diversas	2019		2018	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	14.498	1.229	14.546	1.268
Provisão para contingências (Nota 15b e c) (*)	-	71.367	-	78.914
Provisão para perdas com avais e fianças	68.473	1.410	55.725	512
Diversos	18.129	397	13.270	420
TOTAL	101.100	74.403	83.541	81.114

15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

- a) Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- b) Passivos contingentes: o Conglomerado possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/Reversões</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	2.625	36	(2.596)	65
Total	2.625	36	(2.596)	65
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/Reversões</u>	<u>31/12/2018</u>
Trabalhistas	15.291	1.678	(14.344)	2.625
Total	15.291	1.678	(14.344)	2.625

- b.1) *Passivos contingentes classificados como perda possível*: o Conglomerado possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 26.799 (R\$ 21.139 em 2018). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento. Depósito judicial feito em Maio/19.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 12.364 (R\$ 11.766 em 2018). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.419 (R\$ 6.243 em 2018). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 6.136 (R\$ 5.999 em 2018). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 3.220 (R\$ 2.653 em 2018). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 49.067 (R\$ 46.518 em 2018). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. A Corretora recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 4.739 (R\$ 5.848 em 2018). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela Corretora.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, o Conglomerado possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 21.384 (R\$ 19.236 em 2018).

Obrigações legais: representadas, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica “Provisão para Contingências” (Nota 14). As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 10.093 (R\$ 17.328 em 2018) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 24.382 (R\$ 23.533 em 2018), ISS sobre avais e fianças no montante de R\$ 7.414 (R\$ 6.342 em 2018), IRPJ/CSLL sobre ganhos na desmutualização da BMF/Bovespa no montante de R\$ 2.178 (R\$ 2.119 em 2018), processos de natureza trabalhista/ previdenciária no montante de R\$ 3.171 (R\$ 3.552 em 2018), processos vinculados ao Finsocial – Compensação de valores recolhidos acima da alíquota de 0,5%, no montante de R\$456 (R\$456 em 2018), PIS/COFINS sobre ampliação da base de cálculo, majoração da alíquota referente a Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 no valor de R\$5.581 (R\$5.387 em 2018) e IRPJ/CSLL sobre desmutualização da Bovespa/BM&F no montante de R\$17.895 (R\$17.405 em 2018). Todos os processos citados possuem depósito judicial exceto pelo processo vinculado ao Finsocial. Adicionalmente aos processos acima relacionados, o Conglomerado possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 197 (R\$ 2.624 em 2018).

- c) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 26.196 (R\$ 25.285 em 2018), depósitos vinculados a Anistia R\$ 19.402 (R\$ 21.549 em 2018), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 25.297 (R\$ 24.373 em 2018), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.988 (R\$ 5.790 em 2018), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.863 (R\$ 5.579 em 2018), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 12.364 (R\$ 11.766 em 2018), e PIS (08 a 12/2004) e COFINS – glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB “sem finalidade de hedge”, no montante de R\$ 30.019 (R\$ 3.058 em 2018), exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 49.067 (R\$ 46.518 em 2018), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 17.895 (R\$

17.405 em 2018), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 4.739 (R\$ 5.848 em 2018), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.957. (R\$ 2.852 em 2018), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.849 (R\$ 2.740 em 2018) e compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.432 (R\$ 4.275 em 2018). Conforme mencionado acima, foi feito em Maio/19 o depósito judicial do valor correspondente a COFINS (R\$ 26.061), somente havia o depósito do PIS. O saldo remanescente de R\$ 15.002 (R\$ 13.721 em 2018) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16. Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2019			2018		
	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Receita (despesa)
Operações de crédito	3.162.538	-	72.708	2.705.313	-	91.498
Empréstimos do exterior	-	3.159.504	(69.673)	-	2.701.404	(84.466)

O resultado líquido com operações vinculadas é de R\$ 3.035 (R\$ 7.032 em 2018).

Não há operações ativas vinculadas em situação de inadimplência ou questionamento judicial, nem sobre os recursos entregues ou colocados à disposição nessas operações.

17. Patrimônio líquido

O capital social do Conglomerado corresponde a R\$ 677.025, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes.

Conforme Deliberação em 27 de dezembro de 2019, houve aprovação de aumento de capital no valor de R\$ 31.575 no Banco e de R\$8.924 na Corretora, aguardando homologação pelo Banco Central. A totalidade do aumento de capital é referente a capitalização de juros de capital próprio.

Conforme Deliberação em 27 de dezembro de 2019 e em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores, a Administração do Banco e da Corretora deliberou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 37.147 (não houve em 2018) e R\$14.000 (R\$14.000 em 2018) respectivamente, pagos em 31 de dezembro de 2019.

18. Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 97.278 (R\$ 72.433 em 2018).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a seguir:

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2019</u>
Outras provisões temporárias	50.130	27.744	(14.398)	63.476
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	15.908	113.972	(122.522)	7.358
IR/CS diferido	6.395	45.380	(25.331)	26.444
Total	72.433	187.096	(162.251)	97.278

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2018</u>
Outras provisões temporárias	90.853	73.775	(114.498)	50.130
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	336.951	(321.043)	15.908
IR/CS diferido	-	10.094	(3.699)	6.395
Total	90.853	120.820	(372.524)	72.433

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 22.357 (R\$ 7.030 em 2018).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2019 está demonstrado a seguir:

<u>Realização do crédito tributário</u>	<u>2019</u>
Ano-calendário 2020	89.132
Ano-calendário 2021	4.903
Ano-calendário 2022	2.453
Ano-calendário 2023	-
Ano-calendário 2024	790
Imposto de renda e contribuição social diferido	97.278

Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 92.584 (R\$ 65.887 em 2018), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos exercícios.

<u>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</u>	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
<u>Apuração de imposto de renda e contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	101.084	101.084	57.287	57.287
(-) Participações nos resultados	(1.229)	(1.229)	(1.320)	(1.320)
Resultado antes dos impostos ajustado	99.855	99.855	55.967	55.957
Adições ou exclusões temporárias	31.974	31.974	(81.655)	(81.655)
Ajuste contábil referente futuros	(26.435)	(26.435)	(10.090)	(10.090)
Ajuste MTM Swap e títulos públicos	42.776	42.776	18.710	18.710
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.488	23.488	(79.734)	(79.734)
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(6.769)	(6.769)	(17.840)	(17.840)
Provisão para gratificações	(684)	(684)	337	337
Outras adições e exclusões diversas	(402)	(403)	6.962	6.962

Adições ou exclusões permanentes	(53.487)	(53.487)	(13.507)	(13.507)
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(23.420)	(23.420)	-	-
Base tributável	54.921	54.921	(39.195)	(39.195)
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	(8.238)	(8.238)	(86)	(115)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(5.445)	-	(34)	-
Redução de imposto por incentivos	673	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(13.010)	(8.238)	(120)	(115)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.010)	(8.238)	(120)	(115)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	42.775	42.775	18.710	18.710
Provisões não dedutíveis temporariamente	13.229	13.229	(95.089)	(95.089)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(23.420)	(23.420)	39.771	39.771
Outras diferenças temporárias	(26.443)	(26.443)	(10.588)	(10.588)
Base tributável diferida	6.141	6.141	(47.196)	(47.196)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.535	9.529	(11.800)	(10.521)

19. Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

<u>Ativo/(passivo)</u>	<u>Grau de relação</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas a receber	Outras partes relacionadas	1.952	7.701
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(462)	(731)
Empréstimos no exterior	Controladora	(9.290.911)	(5.594.589)
Outros créditos - câmbio	Controladora	24.507.650	10.513.592
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(24.452.059)	(10.528.882)
<u>Receitas/(despesas)</u>			
Resultado de câmbio	Controladora	(380.199)	(244.761)
Receita de Prestação de Serviços	Controladora	46.170	47.710
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(128)	-
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(402.653)	(613.718)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 6.021 (R\$ 5.988 em 2018) de remuneração fixa, e de R\$ 2.490 (R\$ 2.734 em 2018) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo, conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

a) Remuneração baseada em ações

A Filial participa de um programa global de remuneração de longo prazo “Long-Term Sustainable Performance Plan”, patrocinado pelo ING Groep N.V de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 332 (R\$ 1.048 em 2018), tendo como contrapartida a conta de “Reserva de capital”.

20. Despesas Administrativas

	2019	2018
Serviços prestados por parte relacionada	(14.327)	(13.669)
Serviços técnicos especializados	(6.229)	(8.658)
Processamento de dados	(9.264)	(7.392)
Aluguel	(4.153)	(3.250)
Serviços do Sistema financeiro	(4.695)	(3.248)
Comunicação, publicações, promoções e relações públicas	(1.654)	(1.458)
Manutenção e conservação de bens	(1.300)	(918)
Depreciação e amortização	(2.264)	(707)
Despesas de transporte e viagem	(843)	(663)
Seguros, água, energia e gás	(185)	(581)
Serviços de terceiros	(586)	(542)
Outras	(5.133)	(6.891)
TOTAL	(50.633)	(47.977)

21. Informações adicionais

- a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 976.420 (R\$ 1.180.057 em 2018). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), as garantias estão vinculadas ao risco de crédito.
- b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2019, o valor do índice de Basileia era de 19% (18% em 2018).
- c) O Conglomerado patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 1.229 (R\$ 1.094 em 2018), conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

- d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à atualização de depósitos judiciais R\$ 8.293 (R\$ 8.159 em 2018), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 618 (R\$ 960 em 2018), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 1.491 (R\$ 1.600 em 2018), reserva de crédito de previdência privada R\$ 4.705 (não havia em 2018) e outras rendas no valor de R\$ 10.963 (R\$ 1.850 em 2018).

- e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente às atualizações de riscos fiscais R\$ 1.430 (R\$ 2.917 em 2018), provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no de R\$ 1.652 em 2018, provisão para garantias prestadas R\$ 13.646 (R\$ 34.638 em 2018) e variação cambial no montante de R\$ 28.220 (não havia em 2018).